

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 01 –

5 cuidados básicos com a saúde para ter uma vida plena

Manter-se saudável e ativo é uma das grandes alegrias da vida. É importante sentir-se bem sempre, porém para manter a saúde é preciso cuidar dela diariamente. Assim, recomendam-se pequenos cuidados para que seu corpo e mente permaneçam em equilíbrio por muito mais tempo.

1 – Beba água: A água faz muito bem ao organismo, ela atua em todas as funções do corpo hidratando-o e permitindo que a temperatura seja mantida. Por isso, é fundamental que adultos bebam pelo menos 2 litros da água por dia para garantir um bom funcionamento de seu organismo.

2 – Alimentação: Comer é fundamental para manter a saúde do corpo, no entanto, a ingestão de bons alimentos faz toda a diferença. O consumo diário de legumes e verduras precisa ser incentivado desde a infância, eles atuam de forma importante para manter o bom funcionamento do organismo. Os grãos, as carnes e as frutas também devem fazer parte das refeições, pois fornecem nutrientes que o corpo precisa para funcionar corretamente. É importante também consumir os alimentos com moderação para se ter uma vida saudável.

3 – Exercícios físicos: Gostar de praticar exercícios físicos não é unanimidade, infelizmente. No entanto, é preciso incluí-lo nos hábitos diários de saúde. Afinal, "É melhor prevenir do que remediar". Sendo assim, mesmo que você não goste muito de praticá-los, faça isso pensando em sua saúde e bem-estar ao longo dos próximos anos. O importante é adquirir o hábito de praticar exercícios sempre.

4 – Descanso: Ter momentos de relaxamento e um bom período de sono também auxiliam no bom andamento da saúde. Porém, com a vida corrida que muitas pessoas levam atualmente, esses momentos ficam cada vez mais escassos. Para começar você pode ter uma hora para dormir. Estipule com base no seu tempo de sono. Separe pelo menos algum momento na semana para momentos de lazer. Passeie, encontre amigos, faça uma caminhada, vá ao cinema, enfim, faça algo que goste. Dê esse presente para você mesmo.

5 – Faça exames pelo menos uma vez por ano: Procure seu médico para exames de rotina, desta forma você poderá também prevenir o aparecimento de algumas doenças. Defina um mês em sua agenda

e a cada ano, faça uma visita a seu especialista para um controle de sua saúde.

Cuide de sua saúde, ela é indispensável para uma vida feliz!

FINHOLDT, Renata. Disponível em: <http://familia.com.br>. Acesso em: 30 set. 2015 (adaptado).

Para responder as questões de 01 a 07, considere a leitura do texto 01.

QUESTÃO 01

Sobre a compreensão global do texto depreende-se que:

- (a) apresenta regras comprovadas cientificamente que ajudam na preservação da saúde física e mental.
- (b) destaca a importância de ir ao médico pelo menos uma vez ao ano.
- (c) evidencia recomendações simples para uma relação equilibrada entre corpo e mente.
- (d) mostra ao leitor o quanto a saúde mental e a física estão interligadas.
- (e) enfatiza a necessidade de as pessoas cultivarem hábitos saudáveis para a garantia de longevidade.

QUESTÃO 02

Sobre a organização estrutural do texto é VÁLIDO dizer que:

- (a) está organizado prioritariamente por meio de sequências tipológicas expositivas.
- (b) organiza-se exclusivamente por sequências que caracterizam a ordem da injunção.
- (c) apresenta-se organizado por sequências narrativas e descritivas.
- (d) não possui uma estruturação definida.
- (e) está estruturado prioritariamente em parágrafos crítico-argumentativos.

QUESTÃO 03

Considerando as cinco recomendações elencadas no texto é CORRETO afirmar que:

- (a) a alimentação balanceada é colocada como a principal regra a ser seguida.
- (b) consultas e exames médicos devem fazer parte da rotina diária das pessoas.
- (c) Deve-se beber água sempre que o corpo julgar necessário.
- (d) A prática de exercícios físicos é um hábito facilmente adquirido por todos.
- (e) Momentos que ajudam a relaxar e a dormir não devem ser colocados em segundo plano na vida das pessoas.

QUESTÃO 04

Considere o período seguinte:

“Estipule com base no seu tempo de sono. Separe pelo menos algum momento na semana para momentos de lazer. Passeie, encontre amigos, faça uma caminhada, vá ao cinema, enfim, faça algo que goste. Dê esse presente para você mesmo”.

Sobre os verbos no início de cada sentença é CORRETO dizer que:

- (a) a maioria foi empregada em uma pessoa verbal não definida.
- (b) todos foram utilizados no mesmo modo, número e pessoa.
- (c) todos pertencem a 1ª conjugação verbal.
- (d) todos são classificados como verbos regulares.
- (e) nem todos possuem valor dinâmico na expressão da ação verbal.

QUESTÃO 05

No 2º parágrafo, o conectivo “por isso” foi empregado com a finalidade de:

- (a) remeter o leitor à ideia expressa pelo termo anterior.
- (b) introduzir uma exemplificação sobre a ideia anterior.
- (c) relacionar o papel da água e a quantidade ideal para as pessoas.
- (d) estabelecer relação de conclusão com a ideia expressa na sentença inicial do parágrafo.
- (e) indicar a finalidade da água no corpo humano.

QUESTÃO 06

No texto, ao citar os cuidados em 4 e em 5, a autora focaliza o interlocutor do discurso fazendo uso especificamente da:

- (a) 1ª pessoa do singular.
- (b) 2ª pessoa do singular.
- (c) 3ª pessoa do plural.
- (d) 3ª pessoa do singular.
- (e) 2ª pessoa do plural.

QUESTÃO 07

Segundo o texto, momentos destinados ao descanso são escassos haja vista:

- (a) a necessidade de o ser humano trabalhar muito diariamente.

- (b) a falta de saúde e bem estar das pessoas.
- (c) o corre-corre atual presente na vida das pessoas
- (d) o descanso não ser prioridade para muitas pessoas.
- (e) as pessoas não organizarem seu tempo diário.

QUESTÃO 08

Os gêneros Institucionais ou burocráticos fazem parte do processo de leitura e produção textuais que circulam nas Instituições públicas ou privadas. Sobre esses gêneros pode-se informar que

- I - estão presentes somente na comunicação interna da Instituição.
- II - possuem uma estrutura definida, são limitados, fazem uso de recursos linguísticos próprios como modalizadores verbais e expressões formulaicas.
- III - entre eles destacam-se o ofício, o memorando, o parecer técnico e o requerimento.
- IV - podem ser usados no mesmo contexto situacional, pois a intenção comunicativa desses gêneros é sempre a mesma.

Assinale a opção que apresenta as alternativas CORRETAS:

- (a) somente II e III
- (b) somente II, III e IV
- (c) somente I, III e IV
- (d) somente I e III
- (e) I, II, III e IV

QUESTÃO 09

Ainda em referência aos gêneros burocráticos, é válido dizer que devem ser construídos em torno de uma linguagem que priorize:

- (a) a tecnicidade e o formalismo
- (b) o cientificismo e a padronização
- (c) o não-formalismo, a objetividade e a precisão
- (d) a impessoalidade e o rebuscamento
- (e) o formalismo, a clareza e a objetividade

QUESTÃO 10

No período: *Torcedores mortos no campo de futebol. Crianças assassinadas na porta das escolas. Traficantes presos vendendo drogas à luz do dia. Esse é o triste retrato das grandes cidades brasileiras.*

A organização linguística dos enunciados caracteriza:

- (a) a justaposição de frases curtas, indicando a dependência sintática entre elas.
(b) o agrupamento linguístico estabelecendo dependência semântico-sintática entre as frases.
(c) o inter-relacionamento de frases com poucos elementos coesivos evidentes.
(d) o encadeamento de frases sucessivas por conexão.
(e) a inter-relação das frases as quais são totalmente independentes entre si.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÃO 11

Um dos procedimentos usados para alterar a cor das linhas de uma tabela no Word 2007 é selecionar a tabela, clicar com botão direito do mouse e:

- (a) Selecionar "Propriedades da Tabela", em seguida "Bordas e Sombreamento" e alterar a cor na aba "Células".
(b) Selecionar "Propriedades da Tabela", em seguida "Bordas e Sombreamento" e alterar a cor na aba "Bordas".
(c) Selecionar "Inserir", em seguida "Bordas e Sombreamento" e alterar a cor na aba "Bordas".
(d) Selecionar "Propriedades da Tabela" e alterar a cor na aba "Células".
(e) Selecionar "Bordas e Sombreamento" e alterar a cor na aba "Bordas".

QUESTÃO 12

Para inserir uma capa em um documento Word 2007, pode-se usar o recurso:

- (a) "Capa", disponível na guia "Formatar".
(b) "Capa", disponível na guia "Layout da Página".
(c) "Folha de Rosto", disponível na guia "Inserir".
(d) "Folha de Rosto", disponível na guia "Formatar".
(e) "Folha de Rosto", disponível na guia "Layout da Página".

QUESTÃO 13

Ao editar uma tabela no Word 2007, um usuário deseja inserir na última linha a soma de uma coluna com dados numéricos. Neste caso, o usuário

- (a) deve utilizar de algum recurso como uma calculadora ou o Excel pois o Word não disponibiliza um recurso capaz de somar os dados de uma tabela.
(b) pode usar fórmulas em uma tabela do Word da mesma maneira que são utilizadas no Excel.
(c) pode usar o recurso "Fórmula" disponível na aba "Layout".
(d) pode usar o recurso "Equação" disponível na aba "Layout".
(e) pode usar o recurso "Equação" disponível na aba "Inserir".

QUESTÃO 14

No Excel, a fórmula =SOMA(A1:C3) é equivalente à fórmula:

- (a) =SOMA(A1,A2,A3,B1,B2,B3,C1,C2,C3)
(b) =A1+A2+A3+B1+B2+B3+C1+C2+C3
(c) =A1+A2+A3+C1+C2+C3
(d) =A1+B2+C3
(e) =A1+C3

QUESTÃO 15

Uma planilha Excel contém os números 11, 12, 13 e 14, respectivamente, nas células A1, A2, B1 e B2. Se inserirmos a fórmula =mult(A1;B2) na célula C3, esta apresentará:

- (a) o número 124.
(b) o número 154.
(c) o número 240.
(d) o número 2424.
(e) uma mensagem de erro.

QUESTÃO 16

No Windows XP, para criar uma nova conta de usuário, deve-se acessar:

- (a) O "Painel de Controle" e em seguida "Contas de Usuário".
(b) O "Painel de Controle" e em seguida "Opções de Acessibilidade".
(c) O "Painel de Controle" e em seguida "Ferramentas Administrativas".
(d) O "Painel de Controle", em seguida "Sistema" e em seguida "Contas de Usuário".
(e) O "Painel de Controle", em seguida "Ferramentas Administrativas" e em seguida "Contas de Usuário".

QUESTÃO 17

No Windows XP, os comandos que podem ser usados para Fechar um Programa, Copiar um Item

Selecionado e Exibir o Menu Iniciar, são, respectivamente:

- (a) F4, CTRL+X e CTRL+DEL
- (b) ALT+F4, CTRL+C e CTRL+Z
- (c) ALT+F4, CTRL+C e CTRL+X
- (d) ALT+F4, CTRL+C e CTRL+ESC
- (e) ALT+F4, CTRL+C e CTRL+DEL

QUESTÃO 18

No Windows XP, para ignorar a auto - execução ao inserir um CD ou DVD devemos:

- (a) Pressionar a tecla F4 enquanto é inserido o CD-ROM ou DVD-ROM.
- (b) Pressionar a tecla DEL enquanto é inserido o CD-ROM ou DVD-ROM.
- (c) Pressionar a tecla END enquanto é inserido o CD-ROM ou DVD-ROM.
- (d) Pressionar a tecla ESC enquanto é inserido o CD-ROM ou DVD-ROM.
- (e) Pressionar a tecla SHIFT enquanto é inserido o CD-ROM ou DVD-ROM.

QUESTÃO 19

Considere as afirmações a respeito das entradas USB 2.0 e 3.0:

- I - O USB 3.0 permite uma velocidade maior de transferência de dados.
- II - O USB 2.0 permite receber e enviar dados simultaneamente.
- III - O USB 3.0 permite receber e enviar dados simultaneamente.
- IV - Os conectores USB são retrocompatíveis, ou seja, um dispositivo USB 2.0 funciona em uma entrada USB 3.0 e vice-versa, no entanto as velocidades de transferência são limitadas ao padrão USB 2.0.

É CORRETO afirmar que:

- (a) Apenas I, III e IV estão corretas.
- (b) Apenas I e II estão corretas.
- (c) Apenas I e IV estão corretas.
- (d) Apenas I está correta.
- (e) Todas estão corretas.

QUESTÃO 20

Considere as afirmações a respeito de internet e intranet:

I - O histórico de navegação do Internet Explorer salva o histórico de todos os sites visitados com exceção dos sites visitados em modo privado.

II - Uma Intranet é uma rede que conecta os dispositivos de uma empresa, organização, universidade, etc, utilizando protocolos padrões de Internet, no entanto é uma plataforma de rede independente, não necessitando de um provedor de Internet.

III - É possível configurar o navegador Mozilla Firefox para rejeitar cookies.

É CORRETO afirmar que:

- (a) Apenas I está correta.
- (b) Apenas III está correta.
- (c) Apenas I e III estão corretas.
- (d) Todas as afirmações estão corretas.
- (e) Apenas II e III estão corretas.

LEGISLAÇÃO E FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

QUESTÃO 21

“A administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.

Este entendimento do Supremo Tribunal Federal se refere a qual princípio implícito da administração pública?

- (a) Legalidade.
- (b) Indisponibilidade.
- (c) Autotutela.
- (d) Eficiência.
- (e) Supremacia do interesse público.

QUESTÃO 22

Na administração pública, segundo o administrativista José dos Santos Carvalho Filho, “há um conjunto de prerrogativas de direito público que a ordem jurídica confere aos agentes administrativos para o fim de permitir que o Estado alcance seus fins”.

Sobre os poderes do administrador público, é CORRETO afirmar que:

(a) o poder discricionário é aquele em que a Administração dispõe de uma razoável liberdade de atuação, fundamentada na conveniência e oportunidade.

(b) o poder disciplinar corresponde à prerrogativa de editar atos normativos gerais e abstratos.

(c) o Poder hierárquico se refere à faculdade de restringir o uso e gozo de bens, direitos e atividades, fundamentado na hierarquia e disciplina.

(d) o Poder vinculado é a faculdade que possui a Administração de punir internamente as infrações funcionais de seus servidores.

(e) o Poder regulamentar é o que dispõe a Administração para a prática de atos administrativos em que é mínima ou inexistente a liberdade de atuação do agente.

QUESTÃO 23

Ensina o professor Hely Lopes Meirelles que “poder de polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado”.

Sobre o poder de polícia é CORRETO afirmar que:

(a) só pode ser praticado por agentes da Segurança Pública.

(b) o poder de polícia originário é aquele exercido pelas pessoas políticas do Estado (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), alcançando os atos administrativos provenientes de tais pessoas.

(c) não há limites ao poder de polícia, pois ele se fundamenta na supremacia do interesse público sobre o interesse particular.

(d) O embargo administrativo de uma obra não é sanção do poder de polícia, porque este só se limita à aplicação de multa.

(e) são atributos do poder de polícia: discricionariedade, autotutela e publicidade.

QUESTÃO 24

Marque a alternativa correta sobre Poder de Polícia.

(a) O poder de polícia é sempre vinculado, não havendo possibilidade de discricionariedade.

(b) A coercibilidade é atributo restrito ao poder de polícia praticado pela Segurança Pública.

(c) O poder de polícia é não auto-executório, pois o cumprimento de suas decisões depende de autorização judicial.

(d) Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, a polícia administrativa propõe-se a salvaguardar, dentre outros valores: segurança pública, ordem pública, tranquilidade pública, higiene e saúde públicas e moralidade pública.

(e) Todos os tipos de poder de polícia podem ser delegados, pois o particular, em regra geral, é mais eficiente que a Administração Pública.

QUESTÃO 25

Sobre o controle da Administração Pública, marque a alternativa CORRETA.

(a) Não existe o controle popular sobre os atos praticados pela Administração Pública por ausência de previsão constitucional e legal.

(b) Segundo a doutrina, o controle de mérito visa a verificar a eficiência, a oportunidade e a conveniência do ato controlado, competindo, normalmente, ao Próprio Poder que editou.

(c) Só a Administração pode controlar seus próprios atos, pois a intervenção judicial é uma afronta à separação dos poderes.

(d) O controle externo da Administração é exercido com exclusividade pelo Poder Legislativo.

(e) O parecer do Tribunal de Contas da União sobre as contas do Poder Executivo é típico controle interno.

QUESTÃO 26

São princípios da licitação descritos no art. 3º, da Lei nº 8.666/93:

(a) Eficiência, motivação e probidade administrativa.

(b) Vinculação ao instrumento convocatório, autotutela e legalidade.

(c) Publicidade, igualdade e auto-executoriedade.

(d) Proporcionalidade, motivação e julgamento objetivo.

(e) Julgamento objetivo, probidade administrativa e vinculação ao instrumento convocatório.

QUESTÃO 27

A licitação é dispensável no seguinte caso:

(a) Para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor,

empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.

(b) Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

(c) Para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

(d) Nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço mensal do trigo.

(e) Quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos pelo Poder Judiciário.

QUESTÃO 28

Sobre as modalidades da licitação previstas na Lei nº 8.666/93, é CORRETO afirmar que:

(a) Concorrência é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

(b) Tomada de preço é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

(c) Leilão é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

(d) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

(e) Quando, por limitações do mercado ou manifesto desinteresse dos convidados, for impossível a obtenção do número mínimo de licitantes exigidos na concorrência, essas circunstâncias deverão ser devidamente justificadas no processo, sob pena de repetição do convite.

QUESTÃO 29

Sobre os contratos administrativos, marque a alternativa CORRETA:

(a) É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, não admitindo a lei nenhuma exceção.

(b) O instrumento de contrato é facultativo nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e obrigatório nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

(c) É permitido a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório e, a qualquer interessado, a obtenção de cópia autenticada, dispensado o pagamento dos emolumentos devidos.

(d) Se no contrato não forem contemplados preços unitários para obras ou serviços, esses serão fixados mediante ato unilateral da Administração licitante.

(e) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

QUESTÃO 30

Assinale a alternativa CORRETA quanto ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais:

(a) Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura

organizacional que devem ser cometidas a um servidor.

(b) Reversão é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

(c) A recondução é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

(d) Reintegração é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado decorrente de inabilitação no estágio probatório relativo ao outro cargo e recondução do anterior ocupante.

(e) A vacância de cargo público decorrerá de ascensão ou transferência.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

A organização da educação escolar nacional faz-se pelas esferas administrativas, ou seja, pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, sendo que cada esfera abriga um sistema de ensino. Sobre o sistema federal de ensino é CORRETO afirmar que:

(a) compreende as instituições de Ensino Superior mantidas pela União, as instituições de Educação Superior criadas e mantidas pela iniciativa privada e o Ministério da Educação.

(b) compreende as instituições que ofertam a Educação Básica e a Educação Superior mantidas pelo poder público federal, os órgãos federais de ensino e os do Distrito Federal.

(c) compreende as instituições de ensino mantidas pela União, as instituições de Educação Superior mantidas pelo poder público estadual, municipal e pela iniciativa privada e os órgãos federais de educação.

(d) compreende as instituições de Ensino Superior do país, inclusive as criadas e mantidas pela iniciativa privada e os órgãos federais de educação.

(e) compreende as instituições de ensino mantidas pela União, as instituições de Educação Superior criadas e mantidas pela iniciativa privada e os órgãos federais de educação.

QUESTÃO 32

De acordo com a LDB n. 9394/1996 a organização da educação nacional, dar-se-á em regime de colaboração entre os entes federados. Diante disso, caberá à União:

I Elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

II Baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação.

III Autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

IV Coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação.

Considerando as assertivas descritas anteriormente, é possível AFIRMAR que:

(a) todas estão corretas.

(b) somente I e II estão corretas.

(c) somente I e III estão corretas.

(d) somente II e IV estão corretas.

(e) somente III e IV estão corretas.

QUESTÃO 33

A educação escolar brasileira está organizada em dois níveis de ensino: a Educação Básica e a Educação Superior. Sobre as características do nível superior de ensino analise as afirmativas abaixo:

I A Educação Superior será ministrada em instituições de ensino superior públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização.

II Na Educação Superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

III Uma das finalidades da Educação Superior é estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo.

IV A Educação Superior abrange os seguintes cursos e programas: curso sequenciais; cursos de graduação; programas de pós-graduação e cursos de extensão.

Sobre as afirmativas, registra-se que:

(a) somente I e IV estão corretas.

(b) somente I, II e III estão corretas.

- (c) somente I, III e IV estão corretas.
(d) todas estão corretas.
(e) todas estão incorretas.

QUESTÃO 34

De acordo com o art. 52 da LDB/1996 as universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano. Quanto à caracterização das universidades, analise os itens abaixo:

I Devem possuir um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado.

II Devem possuir um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

III Devem apresentar produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional.

IV Devem apresentar produção científica voltada para as questões locais, por meio de estudos sistematizados que visem amenizar os contrastes regionais e nacionais, fortalecendo a construção do conhecimento.

Os itens CORRETOS são:

- (a) I e III.
(b) II e IV.
(c) I, II e III.
(d) II, III e IV.
(e) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 35

A LDB/1996 dispõe sobre as bases para a Educação Superior. No exercício de sua autonomia, segundo a referida lei, está assegurada às universidades, sem prejuízo de outras, a atribuição de:

I Criar, credenciar e avaliar os seus cursos e programas, observando apenas as normatizações legais da própria instituição.

II Fixar os currículos dos seus cursos e programas, observando as diretrizes e normatizações legais.

III Elaborar e reformular os seus estatutos e regulamentos em consonância com as normas gerais atinentes.

IV Fixar os recursos financeiros a serem recebidos pelo poder público federal, no período trienal.

Os itens CORRETOS são:

- (a) I e III.
(b) II e III.
(c) III e IV.
(d) I, II e III.
(e) II, III e IV.

QUESTÃO 36

Compete as IES, sempre na observância das Diretrizes Curriculares Nacionais, fixar os tempos mínimos e máximos de integralização curricular dos cursos de graduação, bacharelados na modalidade presencial, bem como sua duração, tomando por base as seguintes orientações previstas na Resolução n. 02/2007, do CNE/CES:

I A carga horária total dos cursos, ofertados sob regime seriado, por sistema de crédito ou por módulos acadêmicos, atendidos os tempos letivos fixados na Lei n. 9.394/96, deverá ser dimensionada em, no mínimo, 200 (duzentos) dias de trabalho acadêmico efetivo.

II A duração dos cursos deve ser estabelecida por carga horária total curricular, contabilizada em horas, passando a constar do respectivo Projeto Pedagógico.

III Os limites de integralização dos cursos devem ser fixados com base na carga horária total, computada nos respectivos Projetos Pedagógicos do curso.

VI A integralização distinta das desenhadas nos cenários presentes na Resolução CNE/CES n. 02/2007 poderá ser praticada, desde que o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) justifique sua adequação.

Considerando as assertivas, AFIRMA-SE que:

- (a) todas estão corretas.
(b) somente I, II e III estão corretas.
(c) somente I, II e IV estão corretas.
(d) somente I, III e IV estão corretas.
(e) somente II, III e IV estão corretas.

QUESTÃO 37

No texto das DCN para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para Educação Básica está presente a concepção de docência. Das alternativas abaixo, a que preserva tal entendimento é:

- (a) Compreende-se a docência como prática educativa e como processo técnico-instrumental, envolvendo conhecimentos de fatos históricos e atuais

de maneira disciplinar, respeitando a diversidade cultural e religiosa do País. A atuação docente deve estar relacionada aos interesses dos educandos e as orientações e determinações da equipe gestora da unidade educacional.

(b) Compreende-se a docência como ação educativa capaz de transformar a realidade dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, contemplando conhecimentos práticos e atualizados que possibilitem uma formação mais humanitária e cidadã, que permita ao educando refletir sobre seus valores e adequar-se as mudanças conjunturais do seu tempo histórico-social.

(c) Compreende-se a docência como prática educativa emancipatória, que possibilita a leitura de mundo dos estudantes de maneira articulada com os princípios dominantes na sociedade atual. A docência deve pautar-se nos temas transversais e interdisciplinares fixados nacionalmente, com o objetivo de alcançar uma formação plural, ética e estética.

(d) Compreende-se a docência como prática educativa intencional, organizada por meio de um currículo comum de base nacional, preservando os conteúdos relevantes e exigidos nas avaliações externas e internas dos sistemas de ensino. A docência deve visar a formação de sujeitos críticos e autônomos frente à construção do conhecimento, capazes de pensar e agir de maneira ética na sociedade.

(e) Compreende-se a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo.

QUESTÃO 38

Quanto à classificação dos cursos de graduação oferecidos pelas instituições de ensino superior e sua descrição, a alternativa CORRETA é:

(a) São três classificações: **Licenciatura** – formação de professores que atuam na Educação Básica e na Educação Superior; **Bacharelado** – formação dos demais profissionais; e **Tecnológico** – voltado para formação de profissionais na área de tecnologia da informação.

(b) São três classificações: **Licenciatura** – formação de professores; **Bacharelado** – formação de profissionais liberais; e **Tecnológico** – formação de

profissionais especializados em áreas específicas do conhecimento.

(c) São três classificações: **Licenciatura** – formação de professores que atuam prioritariamente na Educação Básica; **Bacharelado** – formação dos demais profissionais; e **Tecnológico** – voltado para formação de profissionais na área de tecnologia da informação.

(d) São três classificações: **Licenciatura** – formação de professores que atuam prioritariamente na Educação Básica; **Bacharelado** – formação dos demais profissionais; e **Tecnológico** – formação de profissionais especializados em áreas específicas do conhecimento.

(e) São três classificações: **Licenciatura** – formação de professores para o Ensino Fundamental e Médio; **Bacharelado** – formação de profissionais liberais; e **Tecnológico** – formação de profissionais especializados em áreas específicas do conhecimento

QUESTÃO 39

A Educação Superior, especialmente nos países em desenvolvimento, defronta-se com graves desafios decorrentes das transformações oriundas do processo de reestruturação produtiva e da mundialização econômica. Dentre os desafios, destaca-se o voltado para a expansão da oferta e a garantia de acesso à Educação Superior, que tem impactado no aumento do número de matrículas, na diversificação das instituições, na diferenciação dos cursos e, ainda, na internacionalização desse nível de ensino.

Sobre a diversificação das instituições de Ensino Superior é CORRETO afirmar que:

(a) o processo de diversificação das instituições tem permitido importantes alterações de identidade acadêmica das IES, as quais vêm desvirtuando as características da instituição universitária, rompendo, principalmente, com a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão.

(b) o cenário educacional brasileiro apresenta a diversificação das instituições de ensino superior, exclusivamente, por caracterizá-las em públicas e privadas.

(c) esse processo busca criar condições institucionais para a ampliação do acesso à educação superior, especialmente, no setor público.

(d) apesar da diversificação institucional introduzida pela LDB 9.394/1996, a oferta da Educação Superior no Brasil tem ocorrido, prioritariamente, pelas Universidades.

(e) o processo de diversificação institucional tem favorecido a modernização da Educação Superior brasileira. A existência de instituições universitárias e

não-universitárias não implica na organização acadêmica e pedagógica das IES.

QUESTÃO 40

Observe a tabela abaixo:

Tabela 1 – Número de Instituições de Ensino Superior, por organização Acadêmica, no Brasil em 2013

Universidades	195
Centros Universitários	140
Faculdades Isoladas	2.016
IF e CEFET	40
TOTAL	2.391

FONTE: BRASIL/INEP (2014).

A tabela mostra que a política de expansão da Educação Superior implementada no Brasil vem favorecendo a criação das Faculdades Isoladas. Sobre as características dessa instituição de Ensino Superior, PODE-SE dizer que:

- (a) são instituições universitárias que atuam em uma única área de formação profissional.
- (b) são instituições não-universitárias que ofertam, obrigatoriamente, o ensino, a pesquisa e a extensão de forma indissociável.
- (c) estão em expansão no Brasil, em decorrência de sua característica como instituição especializada em um único campo de saber, o que lhe garante maior qualidade de ensino.
- (d) são instituições não-universitárias, especializadas em uma única área de conhecimento e formação profissional.
- (e) são instituições não-universitárias, especializadas em uma ou mais áreas de conhecimento.

QUESTÃO 41

O Plano Nacional de Educação é um instrumento de gestão de larga abrangência, não só porque abarca o conjunto da educação formal, em seus diferentes níveis e modalidades, mas também pelo fato de ter capilaridade em toda a extensão do território brasileiro. Daí ser imprescindíveis estudos e análises sobre a questão do financiamento da educação, com vista a subsidiar o processo de elaboração e de execução do Plano. Contudo, os dados não são positivos: o INEP (2011) aponta que os valores alocados para educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) têm sido ínfimos. Para toda a área da educação, incluindo Educação Infantil, Básica e Superior, o Brasil aplicou 4,6% do PIB em 2003 e 6,1% do PIB em 2011. Desses valores, apenas 0,9% foi alocado para Educação Superior em 2003

e 1,0% em 2011. No ano de 2015, ao se completar um ano de vigência do novo PNE, o Governo “Pátria Educadora”, contraditoriamente anunciou cortes na educação na ordem de 9,4 bilhões de reais, medida que compromete a oferta e a manutenção da educação pública, com qualidade.

Com base no exposto, especificamente sobre o financiamento da Educação Superior pública é CORRETO afirmar que:

- (a) diante da insuficiência de recursos do fundo público destinados à Educação Superior, as IES tendem a buscar financiamentos externos. Essa prática leva a IES ao atendimento das demandas e necessidades do mercado, fato que fortalece a autonomia universitária.
- (b) o financiamento com recursos do fundo público se apresenta insuficiente. Como alternativa, no contexto das políticas neoliberais, as IES públicas se dirigem às atividades de prestação de serviços pagos, oferecendo cursos, assessorias, consultorias, além de demandarem editais que oferecem a possibilidade de financiar determinados projetos. Desse modo, as IES passam a ser controladas por dois pólos de tensão: o estatal e o mercado.
- (c) o baixo percentual do PIB destinado ao financiamento da Educação Superior no Brasil, mostra a tendência de alocar a educação na arena do quase-mercado. Isso porque o mercado tem se mostrado eficiente, eficaz e com alta qualidade na condução da educação, devendo, portanto, ter maior participação na educação pública estatal.
- (d) além dos recursos do PIB destinados à Educação Superior, as IES devem, obrigatoriamente, buscar outras fontes de financiamento. Isso porque o público atendido, em sua maioria, possui condições financeiras e pode contribuir com as despesas do ensino, da pesquisa e da extensão, por meio do pagamento de mensalidades, de taxas de inscrições, de matrículas e de autofinanciamento em eventos científicos e culturais.
- (e) o financiamento da educação tem apresentado um cenário precário, pois o percentual do PIB destinado a esse setor se mostra insuficiente. Dentre as saídas apontadas estão a mercantilização e a privatização das IES públicas, como únicas alternativas para suprir a falta de recursos públicos destinados à Educação Superior.

QUESTÃO 42

Observe o quadro abaixo:

Quadro 1 – Metas para Educação Superior no Plano Nacional de Educação 2014-2024

N.	Metas
12	Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.
13	Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.
14	Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

FONTE: BRASIL, 2014.

Em relação à Educação Superior, as metas 12, 13 e 14 da Lei n. 13.005/2014 (PNE) possuem uma estreita vinculação com as estratégias constantes no/na:

- (a) Política de financiamento estudantil, especialmente o Programa Universidade para Todos (PROUNI).
- (b) Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).
- (c) Política de financiamento estudantil, especialmente o programa denominado de Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).
- (d) Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).
- (e) Universidade Aberta do Brasil (UAB).

QUESTÃO 43

No conjunto das estratégias da Meta 13 do PNE/2014 observa-se que a *Avaliação* ganhou a centralidade do texto. Assim, para fins de “elevação da qualidade da Educação Superior”, o Governo Federal pretende:

- I Aperfeiçoar o SINAES, previsto na Lei 10.861/2004, fortalecendo ações de avaliação, regulação e supervisão da Educação Superior.
- II Ampliar o quantitativo de estudantes e de áreas avaliadas pelo Exame Nacional de Desempenho de

Estudantes (ENADE), vez que tal Exame, apesar de obrigatório, não é de caráter universal, nem para alunos nem para Cursos de Graduação.

III Aplicar instrumento próprio de avaliação para os Cursos de Pedagogia e demais Licenciaturas, devidamente integrado às necessidades da Educação Básica, de modo a promover a melhoria dos Cursos de Formação de Professores, bem como permitir aos graduados a aquisição de qualificações necessárias para a condução do processo ensino-aprendizagem de seus futuros alunos.

Sobre as assertivas acima, é CORRETO afirmar que:

- (a) todas estão previstas no atual PNE.
- (b) somente a I está prevista no atual PNE.
- (c) somente a I e II estão previstas no atual PNE.
- (d) somente a I e III estão previstas no atual PNE.
- (e) nenhuma delas está prevista no atual PNE.

QUESTÃO 44

A Educação Superior brasileira contemporânea, do ponto de vista de sua organização e funcionamento, é produto de uma ampla reforma educacional deflagrada no final dos anos 90, na qual a Avaliação tornou-se a “pedra de toque”. Capitaneada pelo Ministério da Educação (MEC), com apoio operacional do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), a Reforma na Educação Superior passou a ser orientada por um complexa malha legislativa emanada do Governo Federal a partir de 2004, com destaque para a Lei 10.861/2004, o Decreto 5.773/2006 e a Portaria Normativa 40/2007, consolidada pela 23/2010. Sobre tais marcos regulatórios registra-se que:

- I. A Lei 10.861/2004 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de Educação Superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes.
- II. O Decreto 5.773, ao ser editado em 2006, foi caracterizado como “Decreto-ponte”, haja vista o plano inicial do MEC de tomá-lo como uma norma de transição entre as regras e princípios vigentes à época e o futuro sistema de regulação, supervisão e avaliação da Educação Superior.
- III. A Portaria Normativa 40/2007, publicada em 13/12/2007, inovou ao instituir o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e de gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da Educação Superior no sistema

federal de educação, fato que registrou uma marcante diferença em relação ao antigo sistema, burocratizado e pouco transparente, designado de **SAPIEnS**, o qual foi progressivamente desativado, à medida que suas funcionalidades foram absorvidas pelo sistema **e-MEC**.

IV Com a edição da Portaria Normativa 23/2010 os processos de regulação, avaliação e supervisão da Educação Superior passaram a ser disciplinados em uma única norma, fato que lhe conferiu o *status* de instrumento jurídico substitutivo à Portaria Normativa 40/2007.

Sobre as assertivas acima, é **CORRETO** afirmar que:

- (a) todas estão corretas.
- (b) somente I, II e III estão corretas.
- (c) somente I, III e IV estão corretas.
- (d) somente III e IV estão corretas.
- (e) todas estão incorretas.

QUESTÃO 45

O **SINAES**, a fim de cumprir seus objetivos e atender a suas finalidades constitucionais e legais vigentes, compreende os seguintes processos de avaliação:

- (a) Avaliação interna das IES e avaliação externa das IES.
- (b) Avaliação interna das IES; avaliação externa das IES e avaliação dos cursos de graduação.
- (c) Avaliação interna das IES; avaliação externa das IES; avaliação dos cursos de graduação e avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes de cursos de graduação.
- (d) Avaliação externa das IES; avaliação dos cursos de graduação e avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes de cursos de graduação.
- (e) Avaliação externa das IES e avaliação dos cursos de graduação.

QUESTÃO 46

Com o advento da Lei 10.861/2004, ficou instituído no âmbito do MEC um órgão colegiado, responsável pela coordenação e supervisão do **SINAES**. Trata-se do/a:

- (a) INEP
- (b) CAPES
- (c) CONAES
- (d) CONAE
- (e) SESu

QUESTÃO 47

Em termos operacionais, o órgão responsável pela realização da avaliação das IES, dos Cursos de Graduação e do desempenho dos estudantes é o/a:

- (a) SESu
- (b) CAPES
- (c) CONAE
- (d) CONAES
- (e) INEP

QUESTÃO 48

Sobre o Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação registra-se que:

I É usado tanto nos processos de avaliação externa quanto interna.

II Aplica-se aos Cursos de Tecnólogo, de Licenciatura e de Bacharelado, excetuando-se os de Direito e de Medicina, que em função de suas especificidades são avaliados por meio de instrumento próprio.

III É adotado exclusivamente nas avaliações de Cursos presenciais, aplicando-se aos da modalidade a distância instrumento criado especificamente para a EaD.

Sobre os itens acima, é **CORRETO** afirmar que:

- (a) somente o I está correto
- (b) somente o II está correto
- (c) somente o III está correto
- (d) todos estão corretos
- (e) nenhum está correto.

QUESTÃO 49

Em março de 2015 o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação foi revisto pelos órgãos competentes da Educação Superior e um conjunto de novos elementos foram incorporados aos indicadores das dimensões da avaliação, com destaque para avaliação interna, que até então era enfatizada somente no Instrumento de Avaliação Institucional Externa.

Sobre o assunto em epígrafe é **CORRETO** afirmar que:

I A avaliação interna, também chamada de autoavaliação, integra o complexo avaliativo previsto na Lei do SINAES.

II O resultado do processo de avaliação interna é retratado periodicamente em relatórios próprios, designados de Relatório de Autoavaliação.

III A aproximação da Avaliação Interna Institucional com os Cursos de Graduação objetiva disseminar a cultura da autoavaliação em todos os setores acadêmicos.

IV Doravante, nos processos regulatórios dos Cursos, o Projeto de Autoavaliação Institucional será um documento referencial para as Avaliações *in loco* dos Cursos de Graduação, portanto, fonte de consulta obrigatória para os trabalhos da Comissão de Avaliação.

Sobre as assertivas acima, é CORRETO afirmar que:

- (a) todas estão corretas.
- (b) somente I e IV estão corretas.
- (c) somente II e III estão corretas.
- (d) somente I, II e III estão corretas.
- (e) somente I, II e IV estão corretas.

QUESTÃO 50

A Avaliação Interna referida na questão 49 será conduzida no âmbito de cada IES pela:

- (a) Comissão de Avaliação Institucional (CAVI).
- (b) Comissão de Autoavaliação Institucional (CAI).
- (c) Comissão Institucional Interna (COINTI).
- (d) Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação (CTAA).
- (e) Comissão Própria de Avaliação (CPA).

QUESTÃO 51

Para efeito de avaliação *in loco*, de Cursos e de Instituições, a Comissão de Avaliadores utiliza formulários eletrônicos disponibilizados no sistema *e-Mec*, que devem ser preenchidos pelos demandantes dentro dos seguintes prazos:

- (a) 15 e 30 dias, respectivamente.
- (b) 20 e 30 dias, respectivamente.
- (c) 30 e 60 dias, respectivamente.
- (d) 90 dias para ambos os casos.
- (e) 180 dias, para ambos os casos.

QUESTÃO 52

As informações cadastradas no *e-MEC* são de responsabilidade direta de agente institucional nomeado pelo Reitor para esse fim, designado de Procurador Educacional Institucional (PI). Sobre esse agente é CORRETO afirmar que:

I Haverá um PI responsável pelas informações relativas à Avaliação Institucional, neste caso vinculado obrigatoriamente à Reitoria ou à Pró-Reitoria de Planejamento; e um PI responsável pelas informações relativas à Avaliação dos Cursos, com vinculação direta à Pró-Reitoria de Graduação.

II Deve estar ligado, preferencialmente, à Reitoria, à Pró-Reitoria de Graduação ou à Pró-Reitoria de Planejamento da IES.

III Deve ser Técnico em Assuntos Educacionais, preferencialmente com formação em Pedagogia.

IV Pode indicar Auxiliares Institucionais (AI) para compartilhar tarefas de inserção de dados no sistema *e-Mec*.

Sobre as assertivas acima, é CORRETO afirmar que:

- (a) Todas estão corretas.
- (b) Somente I e III estão corretas.
- (c) Somente II e III estão corretas.
- (d) Somente II e IV estão corretas.
- (e) Todas estão incorretas.

QUESTÃO 53

Quando da realização da visita *in loco*, a Comissão de Avaliação aferirá a exatidão dos dados informados pela instituição no formulário eletrônico, com especial atenção para os seguintes documentos quando se tratar de Avaliação Institucional e Avaliação de Curso, respectivamente:

- (a) PDI e PPP
- (b) PDI e PPC
- (c) PPI e PPP
- (d) PPI e PPC
- (e) PPP e PPC

QUESTÃO 54

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) pode ser considerado como uma “bússola” que orienta o funcionamento da IES, devendo contemplar dados, informações e previsões sobre a Instituição e seus Cursos, com destaque especial para a missão da IES, metas e objetivos, bem como cronograma de implementação das ações previstas. Daí ser tomado como uma das principais fontes de consulta nos processos de avaliação da Educação Superior realizadas pelo INEP. Diante do exposto, no que se refere ao cronograma, indique a seguir o tempo estabelecido nos documentos legais para vigência

do PDI, findo o qual o documento deve ser atualizado:

- (a) 1 ano
- (b) 2 anos
- (c) 3 anos
- (d) 5 anos
- (e) 10 anos

QUESTÃO 55

Constituiu-se de um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico norteador das práticas acadêmicas da IES, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão e objetivos gerais e específicos.

Essa definição refere-se ao:

- (a) Projeto Pedagógico de Curso
- (b) Projeto Pedagógico Institucional
- (c) Plano de Desenvolvimento Institucional
- (d) Currículo da educação superior
- (e) Estatuto da Universidade

QUESTÃO 56

O Sistema de Avaliação da Educação Superior (SINAES) determina que cada IES elabore o seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Dentre as potencialidades do PPI está a perspectiva de construção de uma relação dialógica entre planejamento e avaliação institucional. Diante disso, pode-se destacar como funções do PPI:

- (a) Promover consenso em torno dos princípios e diretrizes que fundamentam a ação institucional; articular o conjunto das ações institucionais de ensino, pesquisa e extensão; articular a missão institucional com a política educacional do Governo Federal.
- (b) Preparar a IES para as avaliações externas; orientar o processo decisório na gestão institucional com foco no plano de trabalho da administração superior; promover o diálogo entre os docentes, técnicos e estudantes sobre o ensino, a pesquisa e a extensão.
- (c) Promover um consenso em torno dos princípios e diretrizes que fundamentam a ação institucional; articular o conjunto das ações institucionais de ensino, pesquisa e extensão; ser referência nos processos de avaliação institucional e; orientar o processo decisório na gestão institucional.
- (d) Preparar a IES para as avaliações externas; orientar o processo decisório na gestão institucional com foco no plano de trabalho da administração superior; promover o debate sobre o papel da IES no cenário local, regional e nacional.

(e) Apresentar a IES à comunidade interna e externa; sistematizar as ações que devem ser desenvolvidas no âmbito do ensino de graduação; alinhar as estratégias e objetivos institucionais com os critérios e metas definidas pelas avaliações externas.

QUESTÃO 57

Excetuando os Cursos de Direito, Medicina, Odontologia e Psicologia, as Universidades e Centros Universitários, nos limites de sua autonomia, independem de autorização para funcionamento de Curso Superior de Graduação e Sequenciais, todavia, devem informar no sistema eletrônico os cursos abertos, para fins de supervisão, avaliação e posterior reconhecimento. De acordo com os termos da PN 40/2007, consolidada pela PN 23/2010, a informação deve ser processada no e-MEC no prazo de:

- (a) inscrição ao Processo Seletivo do respectivo Curso.
- (b) 15 dias do resultado do Processo Seletivo do respectivo Curso.
- (c) até 30 dias da aprovação do Curso pelo Conselho Superior competente da IES.
- (d) no mínimo 60 dias do início efetivo das aulas.
- (e) máximo de 90 dias do início do semestre letivo.

QUESTÃO 58

Sobre o Reconhecimento de Curso, a legislação de referência assim estabelece:

I Em se tratando de IES com organização acadêmica tipificada como Universidade, o Reconhecimento de Curso ofertado na sede é extensivo ao mesmo Curso quando ofertado em unidades fora da sede, o que se justifica no princípio constitucional da autonomia universitária.

II Para o Reconhecimento de Cursos de Graduação exige-se a manifestação do respectivo Conselho Nacional de regulamentação da profissão.

III O Reconhecimento do Curso é uma das condições indispensáveis para a validade nacional do Diploma emitido pela IES.

Sobre as assertivas acima, é CORRETO afirmar que:

- (a) todas estão corretas.
- (b) somente I e II estão corretas
- (c) somente I e III estão corretas
- (d) somente a III está correta
- (e) todas estão incorretas.

QUESTÃO 59

No campo da Avaliação da Educação Superior, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) é um dos indicadores da qualidade de um curso de graduação e elemento que reflete o grau de comprometimento da instituição com o bom padrão acadêmico.

De acordo com a Resolução da CONAES n. 01, de 17/06/2010, o NDE deve ser constituído por:

- (a) membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica e atividades tanto no âmbito interno quanto externo à IES.
- (b) membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimento na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.
- (c) representantes dos docentes, técnicos e estudantes do curso de graduação, atuantes na elaboração do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), na sua execução e avaliação.
- (d) membros do corpo docente e estudantes que comprovem envolvimento com o curso e tenham compromisso com o desenvolvimento do mesmo.
- (e) membros do corpo docente, observando o percentual de 15% do quantitativo total de professores do curso. Os docentes com maior tempo de serviço na carreira do magistério superior têm preferência na composição do NDE, bem como aqueles com comprovada produção de conhecimento na área do curso em que atuam.

QUESTÃO 60

As avaliações do SINAES são orientadas por indicadores de qualidade e geram conceitos de Instituição (CI) e Conceito de Curso (CC), expressos numa escala de cinco níveis, em que os níveis iguais ou superiores a 3 (três) indicam qualidade satisfatória. A obtenção de conceitos insatisfatórios nos processos periódicos de avaliação enseja:

- (a) descredenciamento da Instituição
- (b) suspensão temporária da abertura de processo seletivo de Cursos de Graduação;
- (c) instauração de processo administrativo para aplicação de penalidades previstas no Art. 10, § 2º, da Lei do SINAES.
- (d) celebração de protocolo de compromisso firmado pela IES junto à Secretaria competente, exaurido o recurso cabível.

- (e) arquivamento de processo de Recredenciamento ou de Renovação de Reconhecimento em tramitação.